

DESTAQUES DA SEMANA Tecnologia da Informação

4 a 8 de março de 2024

Nesta Edição

- △ [Propriedade Intelectual](#)
- △ [Inteligência Artificial](#)
- △ [Inclusão Digital](#)
- △ [Transformação Digital](#)
- △ [Educação](#)
- △ [Mídias Sociais](#)
- △ [Governo Digital](#)
- △ [PD&I](#)
- △ [Economia & Tributário](#)
- △ [Trabalhista](#)
- △ [Internacional](#)
- △ [Administração Pública](#)
- △ [Política](#)
- △ [Orçamento](#)
- △ [Consultas & Compras Públicas](#)
- △ [Nomeações](#)

Propriedade Intelectual

- **Suspensão de prazos para apresentação de prazos e petições no INPI.** O Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI) publicou, nesta semana, duas portarias que dispõem sobre a suspensão, pelo período de 1º a 31 de março, de prazos para **(I)** a apresentação de documentos de Prioridade Unionista ([Portaria INPI/PR nº 5/2024](#)) –*prorrogação*; e **(II)** para a apresentação de pedidos e petições referentes a pedidos de registro oriundos do Acordo de Haia ([Portaria INPI/PR nº 6/2024](#)).

Inteligência Artificial

- **Lula: vamos aceitar este desafio e nos tornar grandes no campo da Inteligência Artificial.** Na tarde de quinta-feira (7), o presidente **Lula** esteve presente na 2ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT) para discutir sobre os avanços da Inteligência Artificial (IA) no Brasil. Durante o encontro, Lula pediu aos conselheiros que elaborassem uma proposta de política de IA com o objetivo de tornar o Brasil competitivo na área a nível mundial. O presidente também antecipou que pretende apresentar um projeto genuinamente brasileiro

de IA durante seu discurso na abertura da 79ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, em setembro.

- » Além disso, Lula mencionou uma proposta do presidente da Espanha, **Pedro Sánchez**, para que os dois países desenvolvam um projeto conjunto de inteligência artificial. Em entrevista após a reunião, a ministra **Luciana Santos** (Ciência, Tecnologia e Inovação) e vice-presidente do CCT destacou que o Conselho está trabalhando na revisão da Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial e na elaboração de um plano nacional de IA que leve em conta tanto a parte tecnológica quanto a mão-de-obra humana.
 - » Durante a reunião também foram abordados **4 eixos temáticos** vinculados à IA por especialistas convidados pelo CCT. Além disso, foram aprovadas 2 resoluções que estabeleceram o regimento interno e a criação dos grupos temáticos. O advogado-geral da União substituto, **Flavio Roman**, destacou que a Advocacia-Geral da União (AGU) está engajada nas iniciativas de aplicação da inteligência artificial e oferece assessoria de infraestrutura jurídica para a inovação. Com informações de: [ASCOM Planalto](#) e [ASCOM AGU](#)
- **Projeto com regras para IA aguarda definição do governo.** O Congresso Nacional aguarda uma definição do governo sobre qual órgão será responsável por regular a inteligência artificial no país. As opções mais cotadas no momento são a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD). A decisão caberá ao Executivo e poderá ser incluída no [PL 2338/2023](#) em discussão no momento, ou encaminhada por medida provisória após a aprovação da legislação. Com informações de: [Valor Econômico](#)
- **Câmara aprova aumento de pena para crime com uso de inteligência artificial contra a mulher.** O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou, nesta terça-feira (5), o [PL 370/2024](#) (*aumento de pena para crime com uso de inteligência artificial contra a mulher*), na forma do Substitutivo apresentado pela deputada **Camila Jara** (PT/MS). A matéria segue ao Senado Federal.
- **Gestão vai incentivar a adoção da Inteligência Artificial em projetos nas áreas social e ambiental.** O Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) anunciou, durante o evento “O Segundo Ano do Azure OpenAI”, promovido pela Enap e Microsoft, que irá incentivar a adoção da Inteligência Artificial (IA) em projetos governamentais, especialmente nas áreas Social e Ambiental. Segundo o secretário de Governo Digital do MGI, **Rogério Mascarenhas**, o Autodiagnóstico do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP) revelou a existência de projetos de IA em 33 órgãos federais, com 73 em produção e 119 em desenvolvimento. O foco agora será aumentar os projetos com visão social e ambiental, como Combate à Fome, Saúde, Educação, Justiça, Agricultura e Meio Ambiente.
- » As iniciativas de IA serão realizadas no âmbito da Infraestrutura Nacional de Dados (IND), e para promover a adoção responsável da tecnologia, será criada a Coordenação-Geral de Inteligência Artificial na Diretoria de Infraestrutura de Dados (Dedad). A Secretaria de Governo Digital também planeja fortalecer a governança da IA no âmbito do SISP, estabelecendo estratégias, normativos e metodologias éticas e de análise de risco ao longo dos próximos 3 anos. Com informações de: [ASCOM MGI](#)

- **Parlamentares articulam comissão permanente de cibersegurança, IA e proteção de dados.** Parlamentares das duas casas do Congresso Nacional estão trabalhando para a criação da Comissão Mista Permanente para Proteção de Dados, Inteligência Artificial e Segurança Cibernética (CMCIBER). O projeto de resolução já conta com 31 assinaturas no Senado, com o apoio do senador **Eduardo Gomes** (PL/TO), e 83 parlamentares da Câmara dos Deputados também já assinaram a proposição, liderados pelo deputado **Eduardo Bismarck** (PDT/CE). De acordo com os parlamentares, a criação da comissão é necessária para regulamentar e fiscalizar as questões relacionadas à proteção de dados, inteligência artificial e segurança cibernética, que têm ganhado cada vez mais relevância tanto no cenário nacional quanto global. Com informações de: [Teletime](#)
- **Brasil precisa massificar uso de IA, e não inibir com regulação restritiva, diz Anatel.** O presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), **Carlos Baigorri**, defende que a agência assuma o papel de regulador da inteligência artificial (IA) no Brasil, argumentando que é necessário massificar o uso da tecnologia para que o país obtenha maior ganho de produtividade. Baigorri destacou a importância de abrir mão de uma visão restritiva sobre o uso da IA para que a população não seja prejudicada. A discussão sobre qual órgão da administração federal deve assumir o papel de regulador das ferramentas e sistemas de IA surgiu na tramitação do PL 2338/2023, que propõe um marco legal para a tecnologia, que está sendo debatida no Senado, tendo como relator o senador **Eduardo Gomes** (PL/TO). O presidente da Anatel ressaltou que a agência está estruturada para assumir esse papel e defendeu que a IA será uma ferramenta tecnológica que aumentará a produtividade, sendo necessário massificar seu uso de forma responsável. Com informações de: [Valor Econômico](#)
- **Sandbox Regulatório é apresentado em evento na OCDE, em Paris.** O servidor **Lucas dos Anjos** representou a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) no “Diálogo OCDE-União Africana sobre Inteligência Artificial”, realizado em Paris na última terça-feira (5). Durante o painel sobre a implementação dos Princípios da OCDE, ele apresentou o projeto de Sandbox Regulatório em desenvolvimento na Autoridade, enfatizando a participação popular no processo e a complementariedade com a agenda de outros países. O consultor **Armando Guío**, que colaborou com o Estudo Técnico e o desenho inicial da proposta de Sandbox Regulatório, também participou do evento, ressaltando a importância da cooperação internacional na elaboração de estratégias de IA, principalmente nos países do sul global. Com informações de: [ASCOM ANPD](#)
- **Governos devem adotar lei para pagamento de conteúdo jornalístico usado em IA, diz entidade.** O Fórum sobre Informação e Democracia divulgou recentemente um relatório com orientações para formuladores de políticas e empresas de inteligência artificial. A principal recomendação é que os governos adotem legislação para que veículos de mídia sejam compensados pelo uso de seu conteúdo no treinamento de modelos de IA. De acordo com a entidade, os acordos voluntários de licenciamento entre empresas de IA e organizações jornalísticas podem não garantir a sustentabilidade dos veículos e favorecer grandes grupos de mídia. O relatório também sugere modelos para compensação dos veículos de mídia, como impostos sobre a receita das empresas de IA ou taxa global para apoiar a mídia, entre outras possibilidades. Além disso, recomenda que a credibilidade e qualidade dos veículos de notícias

tenham mais peso nos algoritmos de classificação e recomendação. O Fórum alerta para o poder destrutivo que a IA pode ter sobre os processos políticos, mas ressalta que também apresenta possibilidades inexploradas para fortalecer a produção de notícias, análise de dados e acesso à informação. A regulamentação da esfera pública digitalizada é considerada um pressuposto básico para qualquer democracia, de acordo com o grupo de trabalho que elaborou o relatório. Com informações de: [Valor Econômico](#)

Inclusão Digital

- **Em recepção ao presidente de governo da Espanha, MCTI assina memorando de entendimento em C&T.** A ministra **Luciana Santos** (Ciência, Tecnologia e Inovação) e a embaixadora da Espanha no Brasil, **Mar Fernández-Palacios Carmona**, firmaram um memorando de entendimento para cooperação em ciência, tecnologia e inovação entre os 2 países em áreas como transição energética, meio ambiente, saúde, transformação digital, TICs e indústria 4.0. A parceria terá duração inicial de 4 anos e será coordenada por um Grupo de Trabalho Bilateral. Com informações de: [ASCOM MCTI](#)
- **Ministério das Comunicações assina acordo com governo espanhol para ampliar inclusão digital no país.** Em cerimônia no Palácio do Planalto, o ministro **Juscelino Filho** (Comunicações), firmou acordo com o ministro da Economia, Comércio e Empresa da Espanha, **Carlos Cuerdo**, para fortalecer as políticas públicas de conectividade. O **objetivo** é levar internet para regiões remotas, aldeias, comunidades ribeirinhas e quilombolas no Brasil. A assinatura do Memorando de Entendimento contou com a participação do presidente **Lula**, e do presidente do Governo da Espanha, **Pedro Sánchez**, além de representantes da estatal brasileira Telebras e da empresa espanhola Hispasat. Segundo Juscelino Filho, o acordo reforça o compromisso em conectar os brasileiros mais pobres e as regiões mais distantes, garantindo internet de qualidade e conexão significativa aos mais vulneráveis. Com informações de: [ASCOM MCom](#)
- **Ministério das Comunicações recebe Embaixada dos EUA para troca de experiências no setor de telecomunicações.** Representantes da Embaixada dos Estados Unidos participaram de um encontro no Ministério das Comunicações (MCom) nesta terça-feira (6) para compartilhar conhecimentos e experiências no setor de telecomunicações. O secretário de Telecomunicações do MCom, **Hermano Tercius**, destacou a importância desse intercâmbio, ressaltando a vasta experiência dos Estados Unidos em infraestrutura de telecomunicações e políticas regulatórias. Ele enfatizou que o modelo dos EUA pode servir de exemplo para o Brasil na busca por uma expansão eficiente e inclusiva da conectividade. Um dos pontos altos da reunião foi a apresentação das metas de conectividade e investimentos pelo coordenador-Geral de Políticas Públicas para Serviços de Telecomunicações, **Daniel Cavalcanti**. Ele detalhou o Programa Norte Conectado, que tem como **objetivo** fortalecer a infraestrutura de comunicações na Região Amazônica, com um investimento total de **R\$ 1,3 bilhão**. Com informações de: [ASCOM MCom](#)
- **Seminário do MEC aborda histórico da educação digital.** Teve início o ciclo de seminários sobre Tecnologia na Educação Básica no último 7 de março, realizado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). O evento, organizado pelo Ministério

da Educação (MEC) e pela Secretaria de Educação Básica (SEB), tem o **objetivo** de discutir e disseminar boas práticas e caminhos para a implementação de tecnologias no currículo escolar. Nas apresentações, foram abordadas experiências internacionais e desafios para as redes de ensino no Brasil, com painéis moderados pela coordenadora-geral de Tecnologia e Inovação do MEC, **Ana Úngari Dal Fabbro**. O ciclo, que acontecerá de março a junho de 2014, incluirá oficinas presenciais e colaborativas para a construção de caminhos de implementação da educação digital nos currículos das redes de ensino. Com informações de: [ASCOM MEC](#)

Transformação Digital

- **Serpro marca para julho lançamento de hub digital para *startups* do agro.** O Serpro anunciou que, após uma oficina com representantes do governo, aceleradoras, parques tecnológicos, empresas de capital de risco e agricultores, planeja lançar o primeiro módulo da plataforma AgroHub Brasil em julho. O **objetivo** do AgroHub Brasil é integrar centros de inovação agropecuários do país numa plataforma virtual de inovação aberta, reunindo diversos agentes do setor agropecuário para promover a inovação. A oficina foi organizada pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) em parceria com o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), que também firmou um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) para desenvolver o hub digital. O superintendente do Serpro, **Bruno Vilela**, destacou que a plataforma visa promover *startups* brasileiras e aproximar investidores, pesquisadores, empreendedores e o governo para impulsionar a inovação no setor agropecuário do país. Com informações de: [Convergência Digital](#)
- **Programa de startups do agro abre 5ª edição com foco em inteligência artificial.** A Embrapa Agricultura Digital, em parceria com a Venture Hub e patrocínio da cooperativa Sicredi, lançou a 5ª edição do programa TechStart Agro Digital, voltado para *startups* que atuam com tecnologias digitais no setor agropecuário. O processo de seleção das *startups* interessadas ocorrerá até 31 de março, com a avaliação das informações dos inscritos a partir de 15 de abril. As empresas aprovadas terão a oportunidade de participar da etapa de aceleração, que vai de abril a junho, e da trilha de crescimento, de agosto a novembro. O programa terá ênfase em práticas ambientais, sociais e de governança (ESG) e em Inteligência Artificial (IA), priorizando temas como transformação digital das cadeias agropecuárias e agrometeorologia. Entre as vantagens oferecidas às *startups* selecionadas estão a mentoria especializada, acesso gratuito à plataforma AgroAPI da Embrapa e à espaço de *coworking*, além do suporte jurídico e formação de redes estratégicas. Detalhes sobre inscrições, processo de seleção e demais informações podem ser acessados no [portal](#) do programa. Com informações de: [Convergência Digital](#)
- **Grupos de trabalho vão auxiliar na elaboração de metas e indicadores da NIB.** A atuação da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) na implementação da Nova Indústria Brasil (NIB) teve um avanço importante na segunda-feira (4), com a formação de grupos responsáveis pela definição de metas e indicadores de monitoramento das cadeias produtivas contempladas pela nova política industrial. Durante reunião com gerentes e diretores da Agência, o presidente **Ricardo Cappelli** orientou os grupos a interagirem com diferentes atores, como governo, iniciativa privada e setor produtivo, para identificar a posição das

empresas nacionais em determinadas cadeias produtivas da indústria. O **objetivo** é mapear as forças e fraquezas de cada área, bem como lidar com vantagens, gargalos e desafios, visando elaborar metas, indicadores e meios de monitoramento dos resultados de cada segmento ao longo do desenvolvimento da NIB. De acordo com a gerente da Unidade de Transformação Digital (UTD), **Adryelle Pedrosa**, devido à ausência de políticas industriais no Brasil, as empresas nacionais não participam de forma efetiva dessas cadeias produtivas, que são dominadas por empresas estrangeiras. Portanto, a ABDI terá como tarefa auxiliar a indústria nacional a preencher as lacunas identificadas no mapeamento desses segmentos. Com informações de: [ASCOM ABDI](#)

Educação

- **Senado aprova sessão temática para debater o Plano Nacional de Educação.** O Senado Federal marcou sessão temática para discutir o Plano Nacional de Educação e fazer balanço de sua vigência, a data ainda será marcada. Os senadores **Eliziane Gama** (PSD/MA) e **Efraim Filho** (União/PB) solicitaram ([RQS 127/2024](#)) a sessão e ressaltaram a importância de avaliar as diretrizes e metas do PNE vigente, que se encerra em junho deste ano. Eles defendem a necessidade de pensar a agenda estratégica da educação brasileira para o próximo decênio na construção do novo Plano Nacional de Educação. Com informações de: [Agência Senado](#)
- **MEC faz reunião técnica com secretários estaduais de Educação.** O ministro **Camilo Santana** (Educação) realizou uma reunião técnica com o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) para discutir os programas prioritários do Ministério da Educação (MEC) em cada estado e no Distrito Federal. Durante o encontro, o ministro abordou temas como o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, a Estratégia Nacional de Escolas Conectadas (ENEC), o Programa Escola em Tempo Integral e o programa Pé-de-Meia, que visa incentivar a permanência e a conclusão de estudantes no ensino médio público. Além disso, Santana reforçou o compromisso do governo federal em fortalecer a educação profissional e tecnológica (EPT) e melhorar a educação de jovens e adultos (EJA). O Ministro ainda ressaltou a importância do diálogo com os gestores estaduais, afirmando que o MEC busca uma construção conjunta para avançar na qualidade e oferta da educação pública no país. Com informações de: [ASCOM MEC](#)

Mídias Sociais

- **Pronto para inclusão na pauta deliberativa da CCDD projeto que dispõe sobre moderação de conteúdo nas redes sociais.** O senador **Hamilton Mourão** (REP/RS) apresentou parecer pela aprovação com emenda ao [PL 592/2023](#) (Regras para exclusão, a suspensão ou o bloqueio da divulgação de conteúdo em redes sociais) no âmbito da Comissão de Comunicação e Direito Digital (CCDD). O projeto está pronto para inclusão na pauta deliberativa do colegiado. Após a análise da CCDD, o projeto passará por votação das Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e de Defesa da Democracia (CDD), cabendo a última a decisão terminativa sobre a matéria. Se aprovado por esta última Comissão, o projeto seguirá para

deliberação pela Câmara dos Deputados – *salvo a interposição de recurso para votação anterior pelo Plenário do Senado Federal.*

- **Fair Share: Apresentado projeto que veda cobrança por tráfego gerado.** O deputado **David Soares** (UNIÃO/SP) apresentou, na última quinta-feira (28) o [PL 469/2024](#) (*veda a cobrança por tráfego gerado*), que acrescenta dispositivos ao Marco Civil da Internet – MCI ([Lei nº 12.965/2014](#)) para vedar provedores de conexão de internet a instituição de cobrança por tráfego gerado por provedores de aplicações de internet – como plataformas de streaming e redes sociais. A matéria aguarda despacho da Mesa Diretora para eventual apreciação das comissões de mérito da Casa.

- **MJSP e plataforma Kwai unem forças para combater e prevenir crimes cibernéticos.** Na última quinta-feira (7), o Laboratório de Operações Cibernéticas do Ministério da Justiça e Segurança Pública (Ciberlab/MJSP) se reuniu com representantes do aplicativo Kwai, visando aprimorar a cooperação com as autoridades brasileiras para identificar usuários que infringem leis no ambiente virtual. Durante o encontro, a equipe do Kwai disponibilizou um arquivo digital com um passo a passo para auxiliar os agentes de segurança a procederem com solicitações de dados, preservação de informações, pedidos emergenciais e exclusão de contas. O coordenador do Ciberlab destacou a importância da parceria e da troca de informações entre o setor público e a iniciativa privada, enquanto o chefe de Risco e Resposta do aplicativo ressaltou o interesse em estreitar o relacionamento com as autoridades brasileiras para manter a plataforma segura. Além disso, a reunião contou com a presença de representantes da Polícia Federal, Ministério Público de Goiás, Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado (Gaeco) e Diretoria de Crimes Cibernéticos da Polícia Civil do Distrito Federal. Com informações de: [ASCOM MJSP](#)

- **CCDD irá debater em audiência pública projeto sobre divulgação de crimes cometidos com uso de violência no ambiente escolar.** A Comissão de Comunicação e Direito Digital (CCDD) do Senado Federal aprovou, nesta semana, [requerimento](#) do senador **Hamilton Mourão** (REP/RS) para realização de audiência pública com o objetivo de debater o [PL 2264/2023](#) (*divulgação de crimes cometidos com uso de violência no ambiente escolar*). Dentre os convidados sugeridos, destacam-se representantes das empresas Meta e Google. Bem como da Câmara Brasileira de Economia Digital (Camara-e.net) e da Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos (Safernet). A data e horário da audiência pública deverão ser divulgados oportunamente.

- **Justiça de SP proíbe Meta, dona do Facebook, de usar a marca no Brasil.** A companhia Meta, proprietária do Facebook, Instagram e WhatsApp, foi determinada pela Justiça de São Paulo a deixar de usar o nome Meta no Brasil no prazo de 30 dias. A proibição ocorre devido ao fato de que uma empresa brasileira já detém o registro da marca Meta desde 2008, concedido pelo Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI). A decisão unânime dos desembargadores atendeu ao pedido da Meta brasileira, fundada em 1990, que contestou a decisão em primeira instância a favor da Meta americana. Além disso, o tribunal determinou que a empresa de Mark Zuckerberg divulgue que a marca Meta pertence a uma empresa brasileira sem qualquer ligação com o Facebook. A Meta americana tem 30 dias para cumprir a

determinação, com multa diária de R\$ 100 mil em caso de descumprimento. A empresa norte-americana adotou o nome Meta em 2021, enquanto o registro da empresa brasileira é de 2008.

Com informações de: [Convergência Digital](#)

- **Setores divergem sobre remuneração do jornalismo pelas *big techs*, mostra audiência.** Especialistas apontam que debate sobre remuneração de conteúdo jornalístico por grandes plataformas de internet precisa amadurecer mais. Durante audiência pública do Conselho de Comunicação Social (CCS), realizada nesta segunda-feira (4), a professora Marisa von Bülow, da Universidade de Brasília (UnB), ressaltou a necessidade de discutir quem deve ser beneficiado pela legislação em debate. Ela destacou a tendência da legislação em apontar critérios mínimos para direcionar os beneficiados pelos recursos, como número de empregados e tamanho, mas ressaltou que para alguns setores, os próprios jornalistas deveriam receber remuneração. A discussão sobre o que pode ser considerado conteúdo jornalístico também foi abordada durante o debate. Com informações de: [Teletime](#)

Governo Digital

- **Portaria do Ministério da Saúde institui o Programa SUS Digital.** Por meio da [Portaria MS nº 3.232/2024](#), publicada nessa semana pelo Ministério da Saúde (MS), que alterou a [Portaria de Consolidação GM/MS nº 5/2017](#), fica instituído o Programa SUS Digital. A iniciativa tem como **objetivo** promover a transformação digital no Sistema Único de Saúde (SUS), ampliando o acesso da população aos serviços de saúde e garantindo uma atenção integral e resolutiva à saúde. O programa será abrangente, incluindo atenção integral à saúde, vigilância em saúde, formação e educação permanente dos trabalhadores e profissionais de saúde, gestão do SUS em seus diversos níveis, planejamento, monitoramento, avaliação, pesquisa, desenvolvimento e inovação em saúde.
 - » Além disso, o SUS Digital também terá uma abordagem multidisciplinar e vai incluir a intersecção entre tecnologia, informação e saúde, incorporando *software, hardware* e serviços como parte do processo de transformação digital. O programa será desenvolvido em **3 etapas**: planejamento, implementação das ações de transformação para a saúde digital e avaliação. As ações, estratégias e planos de transformação digital do SUS Digital devem se basear em um ou mais dos seguintes **eixos**: cultura de saúde digital, soluções tecnológicas e serviços de saúde digital no âmbito do SUS, interoperabilidade, análise e disseminação de dados e informações de saúde. Além disso, a portaria define que o Comitê Gestor de Saúde Digital (CGSD) é a instância deliberativa do Programa.
- **MS regulamenta a etapa 1 do Programa SUS Digital.** Foi publicada ainda a [Portaria MS nº 3.233/2024](#), que regulamenta a etapa 1: planejamento, referente ao Programa SUS Digital, para o ano de 2024. As diretrizes incluem a elaboração de Planos de Ação de Transformação para a Saúde Digital, com base em **3 eixos principais**: cultura de saúde digital, soluções tecnológicas e interoperabilidade de dados. Os planos devem ser desenvolvidos pelos estados, Distrito Federal e municípios que aderirem ao programa, com prazos específicos para cada fase. O Ministério da Saúde (MS) destinará recursos do orçamento para a implementação dessas ações, que podem chegar a um impacto financeiro de até R\$ 464.402.780,00. Além disso, a

regulamentação estabelece orientações para a contratação ou desenvolvimento de sistemas de informação privados, caso não haja sistemas públicos disponíveis para a mesma finalidade.

- **MS anuncia criação do Índice Nacional de Maturidade em Saúde Digital.** O Ministério da Saúde (MS) anunciou a criação do Índice Nacional de Maturidade em Saúde Digital durante a 2ª Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Tripartite (CIT). Elaborado pelo Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) e Conselho Nacional de Secretarias municipais de Saúde (Conasems), o projeto tem como **objetivo** avaliar a estrutura existente no país para realizar atendimento em saúde por meio digital, auxiliando gestores municipais, estaduais e o Ministério da Saúde (MS) na definição de prioridades. O Índice faz parte da estratégia do Governo Federal em desenvolver a telessaúde e acompanhar o avanço da saúde digital. Além disso, o Ministério publicou 2 portarias relacionadas ao lançamento do Índice, sendo uma delas focada na instituição do Programa SUS Digital ([Portaria MS nº 3.232/2024](#)) e a outra na regulamentação da fase de planejamento do novo programa ([Portaria MS nº 3.233/2024](#)). Com informações de: [Futuro da Saúde](#)

PD&I

- **MD divulga áreas tecnológicas de interesse da defesa nacional.** Foi divulgada, por meio da [Portaria MD nº 112/2024](#), a lista de áreas tecnológicas consideradas de interesse para a defesa nacional, que irão orientar as atividades de pesquisa e desenvolvimento no âmbito do Ministério da Defesa (MD) e das Forças Armadas. Essas áreas serão utilizadas como referência para elaborar medidas que incentivem a inovação e a pesquisa científica no ambiente produtivo, visando promover a capacitação tecnológica, a autonomia tecnológica e o desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional na área da Defesa. Além disso, elas também serão fundamentais para o desenvolvimento atual e futuro de sistemas de defesa. Algumas das áreas tecnológicas definidas como estratégicas incluem: Análise Avançada de Dados, Defesa Cibernética, Guiamento, Controle e Navegação, Inteligência Artificial, Nanotecnologia, Sistemas Espaciais, Sistemas Não Tripulados e Supercondutividade.
- **FNDCT disciplina novas normas de organização e funcionamento.** Por meio da [Resolução nº 845/2024](#), do Conselho Diretor do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CD-FNDCT), foram estabelecidas terá novas normas de organização e funcionamento, visando o financiamento da inovação e do desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil. As mudanças determinam que o Fundo contará com instâncias como o Conselho Diretor, Comitê de Coordenação, Secretaria-Executiva, Comitês Gestores dos Fundos Setoriais e Agências de Fomento. O Conselho Diretor será presidido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e terá a participação de representantes de diversos órgãos e entidades do governo. As agências de fomento, Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), ficam responsáveis por propor e divulgar chamadas públicas e outros instrumentos de seleção de propostas para investimentos do FNDCT. Além disso, a resolução define o Plano Anual de Investimentos (PAI), os Programas de Investimento e os Termos de Referência como documentos que detalham os

investimentos do Fundo. Foram revogadas ainda as Instruções Normativas CD-FNDCT [nº 2/2010](#) e [nº 3/2010](#).

- **Anatel publica relatório de estudo sobre modelo regulatório pró-inovação.** A Anatel divulgou o [relatório final](#) de um estudo sobre o modelo regulatório pró-inovação no âmbito do ecossistema digital. O estudo faz parte do “*Projeto Estratégico 19 - Desafios regulatórios do ecossistema digital e inteligência artificial*”. Os pesquisadores identificaram desafios regulatórios que podem ter impactos significativos na inovação do ecossistema digital, indicando a necessidade de alterações nas ferramentas regulatórias e nos arranjos institucionais clássicos para acompanhar a evolução dos modelos de negócios e do progresso tecnológico. A entrega do relatório era uma das exigências especificadas no Plano de Trabalho estipulado. Essa iniciativa visa a modernização das instituições e supervisão regulatória para o acompanhamento das demandas e desafios do ambiente tecnológico. Os pesquisadores destacam que a evolução dos modelos de negócios e o progresso tecnológico demandam uma supervisão regulatória exercida por organizações reformuladas e modernizadas ou até mesmo por novas instituições.

Com informações de: [ASCOM Anatel](#)

Economia & Tributário

- **Any Ortiz será relatora da desoneração da folha na Câmara.** A deputada **Any Ortiz** (CID/RS) foi designada como relatora do [PL 493/2024](#), que propõe uma nova forma de desoneração da folha de pagamento para 17 setores da economia, incluindo os de comunicação e radiodifusão. A matéria foi encaminhada para as Comissões de Indústria, Comércio e Serviços (CICS); Finanças e Tributação (CFT); e Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados. A desoneração, que já tinha sido prorrogada pelo Congresso no ano passado após ter sido limitada pelo governo, foi restabelecida via [MP 1208/2024](#) na semana passada, com o envio do projeto de lei que estabelece limites para a política. Com informações de: [Teletime](#)
- **Designado relator de projeto que cria o Código de Defesa dos Contribuintes.** O senador **Efraim Filho** (UNIÃO/PB) foi designado relator do [PLP 125/2022](#) (*cria o Código de Defesa dos Contribuintes*) na Comissão Temporária Interna para examinar os anteprojetos apresentados no âmbito da Comissão de Juristas (CTIADMTR). Após análise da CTIADMTR, a matéria segue ao Plenário.
- **Economia de impacto é tema de conferência na 5ª CNCTI.** A economia de impacto foi tema de destaque em uma conferência realizada durante a 5ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, promovida pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) e pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). O evento discutiu como a ciência, tecnologia e inovação podem impulsionar o setor, promovendo o desenvolvimento sustentável. A ministra **Luciana Santos** (MCTI) ressaltou a importância do diálogo promovido pela conferência, destacando o papel da ciência e tecnologia no dia a dia do povo brasileiro. Já o secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do MCTI, **Guila Calheiros**, enfatizou a necessidade de desenvolver empreendedorismo e inovação com foco

na sustentabilidade e equidade social, visando manter a dinâmica econômica e a geração de emprego e renda. Com informações de: [ASCOM MCTI](#)

- **Aprovado pela CAE, novo modelo de investimento em startups vai a Plenário.** A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou nesta terça-feira (5) o [PLP 252/2023](#) (*cria o contrato de investimento conversível em capital social – CICC*), conforme [parecer favorável](#) do senador **Izalci Lucas** (PSDB/DF). Agora, o projeto segue para o Plenário em regime de urgência, conforme [requerimento](#) apresentado pela senadora **Margareth Muzetti** (PSD/MT), tendo sido aberto, ainda, prazo para apresentação de emendas – o qual deverá estender-se até 14 de março.

Trabalhista

- **Motorista de aplicativo terá piso de R\$ 32 por hora e direito a INSS.** Em cerimônia no Palácio do Planalto, nesta segunda-feira (4), o presidente **Lula** assinou o [PLP 12/2024](#) que estabelece um piso mínimo de direitos trabalhistas para motoristas de aplicativos, fruto de negociações entre centrais sindicais e empresas digitais. O PLC prevê uma remuneração mínima de R\$ 32,09 por hora de trabalho, garantindo pelo menos um salário-mínimo - atualmente em **R\$ 1.412** – *além da contribuição previdenciária ao INSS*. No entanto, o acordo é restrito à categoria de “motorista de aplicativo de veículo de quatro rodas”, excluindo os entregadores de motos. Lula ressaltou a importância de avançar nas negociações e buscar acordos também com empresas como o iFood, que, segundo o presidente, ainda não estão contempladas no projeto. O PLC, assinado pelo presidente, agora seguirá para o Congresso Nacional para ser votado. Com informações de: [Convergência Digital](#)
- **Uber pede ao STF para suspender ações sobre vínculos trabalhistas.** A empresa Uber [solicitou](#) ao Supremo Tribunal Federal (STF) a suspensão de todos os processos em instâncias inferiores relacionados ao reconhecimento de vínculo empregatício de motoristas e entregadores com a plataforma. A questão está em julgamento no STF, que ainda vai decidir se a relação de prestadores de serviço caracteriza um vínculo empregatício. A Corte já decidiu que seu entendimento terá repercussão geral e servirá de referência para casos similares em outras instâncias da Justiça. A Uber argumenta que os tribunais devem aguardar a decisão do STF antes de tomar qualquer medida e destaca a incompatibilidade do vínculo empregatício com seu modelo de negócio. A empresa ainda resalta a importância de garantir um trabalho digno para todos em um país desigual. O julgamento no STF ainda não tem data marcada. Com informações de: [Congresso em Foco](#)

Internacional

- **UIT nomeia primeira formação do Conselho Consultivo Juvenil.** A União Internacional de Telecomunicações (UIT), órgão da ONU para telecomunicações, anunciou a formação do seu primeiro Conselho Consultivo Juvenil, **composto** por 12 jovens especialistas em inovação digital. Com representantes de diferentes regiões do mundo, os membros, com idades entre 18

e 30 anos, irão unir conhecimentos em inteligência artificial, questões ambientais, espaço, inovação e capacitação dos jovens para promover a tecnologia. Selecionados de um grupo de 850 candidatos, o mandato do Conselho Consultivo Juvenil da UIT inaugural durará 2 anos. Com informações de: [Teletime](#)

Administração Pública

- **ANPD se reúne com o Comitê de Proteção de Dados do Conselho Nacional de Justiça.** Representantes do Comitê de Proteção de Dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) se encontraram para discutir o uso da tecnologia na proteção de dados em atividades cartoriais e notariais. Durante a reunião, foi destacada a importância da cooperação técnica entre as instituições e a necessidade de esclarecimentos sobre a aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) em situações específicas, como o acesso a bancos de dados, proteção à privacidade de titulares falecidos e o compartilhamento de informações. A ANPD ressaltou que sua atuação é transversal e que outros dispositivos legais, como a Lei de Acesso à Informação (LAI), devem orientar a conduta dos cartórios e notários em relação aos dados pessoais. Com informações de: [ASCOM ANPD](#)
- **CDR apresenta nomes para o Conselho Consultivo da Anatel.** A Coalizão Direitos na Rede (CDR) apresentou suas indicações para as vagas da sociedade civil no Conselho Consultivo da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), em nota divulgada nesta segunda-feira (4). Composta por mais de 50 entidades da sociedade civil, a CDR apresentou 2 listas tríplices com 5 nomes de representantes. O Ministério das Comunicações (MCom) abriu [edital](#) para convocar 1 representante da sociedade civil para preencher uma vaga no Conselho, onde o processo se dá por meio do envio de uma lista tríplice por organização, e o representante eleito atuará até 2027. Com a formação completa do órgão somando 12 representantes, a instância cumpre um importante papel de fiscalizar, opinar e aconselhar em relação às políticas de telecomunicações no Brasil. Com informações de: [Teletime](#)
- **ABDI e MDIC discutem ações para avançar em compras públicas e políticas regulatórias.** O presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), **Ricardo Cappelli**, e a secretária de Competitividade e Política Regulatória do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), **Andrea Macera**, se reuniram para discutir estratégias relacionadas a compras públicas, políticas regulatórias e propriedade intelectual. Durante o encontro, Cappelli expressou a intenção de ampliar o trabalho de encomendas tecnológicas, visando a segurança dos atores públicos e a utilização das compras públicas como um instrumento de política industrial e de inovação. A Agência desenvolve projetos como o Hubtec, que oferece consultoria para órgãos públicos e empresas de economia mista na condução de encomendas tecnológicas, e o **objetivo** é expandir esse trabalho, que já contempla a Petrobras. O presidente destacou a importância de garantir segurança para os gestores públicos, a fim de incentivar o uso da encomenda tecnológica e minimizar riscos de acertos e erros. Com informações de: [ASCOM ABDI](#)

Política

- **Eleitos presidentes de 19 das 30 comissões permanentes da Câmara.** Na última quarta-feira (6), 19 comissões permanentes da Câmara dos Deputados elegeram seus novos presidentes para um mandato de um ano. Os líderes partidários definiram previamente os partidos que comandariam cada comissão, levando em conta a proporcionalidade partidária, e indicaram os nomes dos candidatos eleitos. As eleições das comissões de Desenvolvimento Urbano (CDU), Integração Nacional e Desenvolvimento Regional (CINDRE), Fiscalização Financeira e Controle (CFFC), Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS), Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais (CPOVOS), Ciência, Tecnologia e Inovação (CCTI), Comunicação (CCOM), e Administração e Serviço Público (CASP) ficaram pendentes para a próxima semana. Com informações de: [Agência Câmara](#)
- **Em derrota para o governo, CCJ fica com o PL.** Após mais de um mês de negociações, os principais partidos da Câmara dos Deputados chegaram a um acordo sobre a distribuição das presidências de suas comissões para o ano de 2024. Destaque para a destinação da presidência da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), a principal da Casa, ao PL, maior partido da oposição. Entretanto, a principal preocupação do governo era a possibilidade da deputada **Caroline de Toni** (PL/SC), conhecida por sua postura contrária ao governo, assumir o comando do colegiado. O PT havia presidido a CCJ em 2023 através de um acordo com o PL, que teria direito à presidência em 2024. O governo, no entanto, tentou articular a substituição do PL pelo União Brasil, 3º maior partido da Câmara e previsto para suceder ao PL em 2025. Apesar dos esforços, o governo não obteve sucesso nessa tentativa. Com informações de: [Congresso em Foco](#)

Orçamento

- **MS disciplina a transferência de recursos do FNS oriundos de emendas parlamentares.** O Ministério da Saúde (MS) publicou, nesta semana, a [Portaria nº 3.283/2024](#), que dispõe sobre as regras para as transferências do Fundo Nacional de Saúde (FNS) aos fundos de saúde dos Estados, Distrito Federal e Municípios, relativas a emendas parlamentares que destinarem recursos ao Sistema Único de Saúde (SUS), em 2024. Entre outros, os recursos podem ser direcionados aos Estados, DF e Municípios para diversas **finalidades**, inclusive para projetos de Saúde Digital no SUS e a coordenação de políticas de vigilância em saúde ambiental e saúde do trabalhador.

Consultas & Compras Públicas

- **Vai à Câmara projeto que garante pagamento a microempresa em contrato com governo.** O Plenário do Senado Federal aprovou, nesta semana, o [PLP 137/2019](#) (*garantia de pagamento a microempresa em contrato com governo*), na forma do parecer favorável, com emenda, apresentado pelo senador **Oriovisto Guimarães** (PODE/PR). A matéria segue à Câmara dos Deputados.

- **Anatel aprova realização de Consulta Pública sobre guilhotina regulatória.** A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) aprovou a realização de uma Consulta Pública para coletar críticas e sugestões do público sobre a proposta de Resolução que revoga e altera as Resoluções emitidas pela Agência. A revisão do conjunto regulatório tem como **objetivo** simplificar as regras estabelecidas pela Anatel, eliminando aquelas que se tornaram obsoletas, ineficazes ou desnecessárias. A Guilhotina Regulatória surge como uma ferramenta importante para promover a simplificação regulatória e manter um conjunto de normas enxuto para o setor, alinhada com a Iniciativa Regulamentar nº 24 da Agenda Regulatória 2023-2024.
 - » A proposta aprovada prevê a revogação integral de 10 Resoluções e de vários dispositivos contidos em outras 32 Resoluções, além de buscar alterar a redação de um dispositivo para eliminar trechos que perderam sua eficácia. O conselheiro **Vicente Aquino**, Relator do processo, ressaltou a importância do diálogo da Agência com todo o setor e a ampliação da participação proporcionada pela Consulta Pública, reafirmando o compromisso da Anatel em adotar as melhores práticas regulatórias e buscar soluções que atendam aos interesses da sociedade. Com informações de: [ASCOM ANATEL](#)
- **ANATEL prorroga consultas públicas.** Por meio dos Acórdãos ANATEL [nº 71/2024](#) e [nº 72/2024](#), ficam **prorrogadas**, prazo adicional de 30 dias, encerrando-se em 11 de abril de 2024, o prazo das Consultas Públicas ANATEL [nº 65/2023](#) (*proposta de revisão do Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências – RUE*); e [nº 64/2023](#) (*proposta do Plano Geral de Metas de Competição – PGMC*).

Nomeações

- **Advogada Lílian Cintra de Melo substituirá Estela Aranha na Secretaria de Direitos Digitais do Ministério da Justiça e Segurança Pública.** A advogada Lílian Cintra de Melo será a nova comandante da Secretaria de Direitos Digitais (SEDIG) após convite realizado pelo ministro **Ricardo Lewandowski** (Justiça e Segurança Pública). Com bacharelado e doutorado em direito pela Universidade de São Paulo (USP), Melo já atuava como assessora especial de Lewandowski no MJSP. A substituição de **Estela Aranha** pela advogada indica um realinhamento da pasta e sugere um novo enfoque no tema dos direitos digitais. A nomeação foi publicada nesta semana. Com informações de: [ASCOM MJSP](#) e [Teletime](#)
- **Exonerada coordenadora de Políticas para Liberdade de Expressão e Enfrentamento à Desinformação da Secom/PR.** Esta semana, foi exonerada do cargo de coordenadora de Políticas para Liberdade de Expressão e Enfrentamento à Desinformação da Coordenação Geral de Liberdade de Expressão e Enfrentamento à Desinformação do Departamento de Promoção da Liberdade de Expressão da Secretaria de Políticas Digitais da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM/PR), Roberta Battisti Pereira.
- **Designada coordenadora de Gestão de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte.** No âmbito da Empresa de Pequeno Porte, da Secretaria Nacional de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, do Ministério do Empreendedorismo, Microempresa e da Empresa de Pequeno

Porte (MEMP), foi [designada](#) Cinthia Queiroz Farias, para exercer o cargo de coordenadora de Gestão de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte.